

Celso Maria de Mello Pupo (*)

O massacre de Venda Grande ()**

(*) Historiador Campinense, Diretor do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Campinas, Membro da Academia Campinense de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo e Sorocaba.

() Palestra proferida na Academia Campinense de Letras aos 6/7/1992, como parte integrante das Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Liberal de 1842.**

ABSTRACT

The author refers to the history of Campinas and gives us a lively description of the "Venda Grande" Battle. Supported by new documents he reveals that this event was a "bloodshed" not to be blamed on Caxias' soldiers, but on the mercenary troops of Father Ramalho.

RESUMO

O autor faz referências à História de Campinas e descreve, de maneira pitoresca, o Combate de Venda Grande. Com base em novos documentos, revela que o acontecimento foi um "massacre", que não se deve às tropas de Caxias, mas aos homens assalariados sob o comando do Pe. Ramalho.

Designado pelo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Dr. Lycurgo de Castro Santos Filho, aqui estou, no dia do sesquicentenário do combate de Venda Grande, para a missão que recebi, não com as credenciais de oradores que me antecederam nestas comemorações, (pois nos meus quase noventa e três anos de idade, não posso mais pretender forças para novas pesquisas como as que já executei e que me foram necessárias para a redação de livros que publiquei: um, o primeiro, dando a Campinas sua história urbana seqüente desde a pré-história até o final do século passado, e outro, nos mesmos moldes, da história rural), enquanto valorosos historiadores de nossa cidade não passaram da história fragmentada, jornalística, valiosa, mas sem a abrangência de um período maior, vasto e marcante.

Falo-vos como o nonagenário que ainda pode relembrar fatos isolados que reúnem a história e a tradição decoradora de que dispunham os moços do meu tempo, dos velhos tempos mais remotos, tão preciosos para a mocidade ainda ávida dos conhecimentos.

Estamos no dia exato do combate que foi o batismo sangrento entre irmãos brasileiros, até aqui evitado como se as tropas, de lado a lado, não quisessem combater manchando de rubro o solo pátrio.

Campinas, que marcou desde o seu primeiro morador Francisco Barreto Leme (aqui estabelecido em 1741) e, então, seguido por outros moradores atraídos pelas terras exuberantes da região, teve rápido desenvolvimento, vivendo de modestos sitiantes, os próprios trabalhadores com suas famílias e alguns mais abonados com colaboração de poucos escravos, que abasteciam seus lares, produzindo para o próprio sustento. As terras eram tomadas por posse, o que o próprio governo português permitia e acoroçoava para povoar sua colônia até a última década do setecentismo, quando irmãos do nosso primeiro vigário, Frei Antônio de Pádua Teixeira, o primeiro entusiasta e propagador da excelência de terras de Campinas, haviam vindo de Baependi com seus pais e irmãos abastados, todos: filha, genro e netos de mineradores de ouro.

Fundaram, com o ituano Antonio Ferraz de Campos, na década de 1790, os três primeiros engenhos de açúcar de Campinas, seguidos, já no século seguinte, por outros abastados que passaram a multiplicar seus haveres com a nova atividade.

Aos 16 de novembro de 1797, baixou o Capitão-General de São Paulo a portaria que elevou o distrito, ou freguesia de Campinas, à vila de São Carlos, vindo à nossa vila o ouvidor geral, Dr. Caetano Luís de Barros Monteiro, para promover a ereção da vila com o levantamento do pelourinho, a demarcação do rocio, a fixação de limites ou termo do novo município, a presidir a primeira eleição de juízes e vereadores, "com outorga de sua plena autonomia". Presentes "clero, nobreza e povo", fez-se a ereção, levantou-se o pelourinho e demarcou-se o paço em 14 de dezembro.

Ao alvorecer do século vinte, em sua primeira década, quando meu pai, campineiro nato (pelos seus antepassados em Campinas desde o ano da fundação do povoado em 1774, mas mandado para Santos a fazer carreira no comércio de café), eu, ainda no colo de minha mãe, vinha a esta cidade em visita a muitos parentes, fazendeiros partícipes da produção cafeeira, então a maior riqueza de exportação do país. Já na fase do meu "Jardim da Infância", repetia habitualmente o passeio, visitando parentes e ouvindo curioso o relato de saudades dos mais velhos e beber-lhes as memórias como ignorante, mas, de futuro, apaixonado no assunto histórico. Então, contavam-me as grandezas de um passado brilhante, cujas datas eu as conheceria com o passar do tempo.

Assim, ainda menino, ouvia de filhos de participantes da revolução de 1842, relatos externando dolorosas impressões paternas das testemunhas do horrível massacre de prisioneiros feridos que jaziam em leitos no hospital de sangue improvisado no sobrado desabitado do Engenho da Lagoa.

Esse sobrado se achava em inventário "mortis causa", pelo falecimento de seu último proprietário, o Maj. Teodoro Ferraz Leite, duas vezes viúvo. Foi, então, aproveitado para a sede da tropa revoltosa, do Partido Liberal, na ocasião sob a chefia do Antonio Manoel Teixeira e Reginaldo Antônio de Moraes Sales.

Na capital do Estado, preparavam-se os liberais com astúcia e segurança, divididos em "grupos de invisíveis", elementos que recebiam instrução apropriada e pelos quais se distribuía armamento, clavinotes próprios de guerra. Estes grupos de invisíveis

eram dirigidos por chefes, como tais só conhecidos pelos seus subordinados. A ação deles seria pronta e inesperada, visando a deposição do presidente Costa de Carvalho e aclamação de Tobias de Aguiar para substituí-lo, dominando toda a província.

Viriam reforços de outros Estados, como de Minas e Paraná. Estes últimos, porém, logo debandaram por entendimentos com os conservadores e mediante a garantia de ser a Comarca de Curitiba e vasto território anexo, elevados a uma nova província desligada de São Paulo.

Mas os projetos de sublevados chegaram ao conhecimento do presidente Costa Carvalho que, de pronto, apelou para o chefe do ministério conservador tomando-se a providência de nomear, para pacificar São Paulo, o Barão de Caxias, glorioso e recente pacificador do Maranhão, considerado um militar de capacidade invencível.

Sem dispor de tropa suficiente, Caxias aplicou sua estratégia antes de sair do Rio de Janeiro, fazendo anunciar em São Paulo que dispunha de abundante elemento militar; entretanto, viajando com falta de homens para a capitania paulista onde guarneceu a margem direita do rio Pinheiros, aqui confirmou os boatos que enviara do Rio, convidando o comandante da força revolucionária da margem esquerda do mesmo rio para depor as armas, pois a ele não comunicava o poderoso número de soldados a seu comando porque o inimigo não iria acreditar na informação. E o inimigo, na margem esquerda do rio, deixou de atacar as tropas governistas para evitar um derramamento inútil de sangue, crendo verdadeira a afirmativa de Caxias.

Em Campinas, com a presidência da província ocupada pelo conservador Costa Carvalho, elegeu-se nova Câmara, agora composta só de seus correligionários, obrigando os liberais revolucionários a se acantonarem fora da cidade onde cresciam em número, buscando elementos voluntários em vizinhas cidades ainda dominadas pelos liberais.

Para a situação precária da cidade sem tropas, mandou Caxias um contingente sob o comando do Ten.-Cel. José Vicente de Amorim Bezerra, distinto e hábil oficial que chegou a Campinas no ocaso de 6 de junho, e já no dia 7, pela manhã, se dispôs ao ataque em duas frentes: pelo engenho do Chapadão, com cavalaria, para ludibriar os revoltosos no vizinho engenho da Lagoa, e pelo sítio do Presidente da Província, na estrada de Piracicaba, para um ataque da infantaria

com armas modernas e de maior alcance, superior ao armamento de caça dos rebeldes.

Chegando à sede do engenho Chapadão, a cavalaria tratou de vasculhar toda a sede numa bem pensada medida de segurança. A sede já havia sido deixada pela família do proprietário e ficara entregue a uma escrava de confiança e conhecida pelos brancos como "Mamã Caetana" que recebeu a tropa com atenção e obséquios.

Mamã Caetana era uma escrava de confiança e recebera a incumbência de gerir a casa dos senhores de engenho. Bondosa, de trato delicado e tratada com estima, tornou-se governante excelente, indispensável, com uma intimidade e estima de segunda mãe. E ao ter aviso da chegada ao engenho da tropa do Exército Imperial, fez subir para o forro da casa o grupo grande de moços: parentes e seus amigos, armados e municidados para os eventos de guerra.

A tropa vasculhou tudo, toda a casa, e interpelou a Mamã se havia alguém no forro ao que ela respondeu afirmativamente surpreendendo os militares até o esclarecimento: "havia ratos e gambás" provocando hilaridade e a indiferença dos militares que já confiavam naquela tão leal e atenciosa informante.

E ela era uma escrava!

A cavalaria Imperial provocou, ali do engenho do Chapadão, os revolucionários do engenho da Lagoa, vizinhos para o lado do nascente, todos desprevenidos, pois ainda não sabiam da chegada do Exército Imperial; a maior parte dos revoltosos se achava ausente, por terras vizinhas, pescando, caçando, à espera de reforço que viria de Piracicaba trazido por Morais Sales.

Ao alarme, na iminência de um ataque, prepararam e acionaram sua pobre artilharia, dois canhõezinhos de projétil esférico, sem explosivos, que chegou a atingir e matar um cavalo. Mas a surpresa para os revoltosos estava no ataque seguinte pelo flanco, de fuzilaria, com maior alcance que as armas de caça dos liberais.

Com defesa ineficiente, morte de uns e fuga de outros, convencidos de uma impossível resistência, fácil foi o domínio do Ten.-Cel. Bezerra.

A sede do engenho da Lagoa, inabitada pela morte do

proprietário, achava-se em processo de inventário, mas inteira e luxuosamente mobiliada, foi saqueada e transformada em hospital de sangue, servindo para acomodação dos feridos enquanto os demais eram presos, especialmente os revoltosos oficiais reformados do Exército que, ao anoitecer, eram levados para Campinas sob o comando de Amorim Bezerra, deixando o engenho entregue à força paulista: os assalariados do Pe. Ramalho.

Estes, covardemente, e durante a noite, assassinaram os feridos em seus leitos de hospital. E eles mesmos os sepultaram em vala comum à frente do sobrado, procurando ocultar sua covardia.

Mas não ficou nisto a sanha dos aventureiros assalariados: passaram a procurar revoltosos nos esconderijos próximos, assassinando um menino empregado da "Venda Grande" que lhes implorava que o deixassem viver, e, já próximo à cidade, um ferido que fugira, caído na calçada, sem forças e carente de socorro.

O levante de 1842 havia sido preparado sabiamente na Capital da província: já existiam os blocos dos invisíveis, com seus respectivos chefes; para eles houve distribuição de clavinotes e munição, tudo em segredo para uma ação de surpresa na própria capital que poria a perder o governo do baiano José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre, e com o reforço de tropas da Comarca de Curitiba e de Campinas sob o comando do oficial reformado de exército, Cap. Francisco Teixeira Nogueira.

Mas o Ten.-Cel. Bezerra permaneceu por dias em Campinas, que se livrou da tropa assalariada para chorar os assassinados, o que enlutou de tal forma a população que familiarizou os dois partidos políticos unindo-os na ocultação de revolucionários.

Caxias, vitorioso, reuniu sua tropa para a volta ao Rio de Janeiro, levando revoltosos que eram militares reformados, para julgamento na capital do Império.

Os presos no Rio de Janeiro, juntos em uma só prisão, jogavam baralho para passar o tempo. Quando alertados de que uma comissão estava para chegar trazendo o resultado do julgamento, prepararam-se para ouvi-la. A sentença que foi lida era integral sentença de morte, após leitura feita e terminada, o Cap. Francisco Teixeira Nogueira tomou a palavra e disse ao detentor do baralho: – "Dê cartas".

Estaria ele tão seguro da bondade de D. Pedro II que habitualmente comutava a pena de morte?

Entretanto, permanecia o mistério da autoria do massacre: qual a tropa autora dessa barbaridade?

Com defesa ineficiente, e com morte de uns e fuga de outros convencidos de uma impossível resistência, fácil foi dominar os revolucionários.

A sede do Engenho da Lagoa, inabitada (morto o proprietário, já então duas vezes viúvo), achava-se sob processo de inventário, mas inteira e luxuosamente mobiliada, foi transformada em hospital de sangue.

Eu havia sido o orador ao inaugurar-se o monumento comemorativo da efeméride de Venda Grande. Ela foi promovida pelo Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, ao qual pertencço. Vi-me, então, em aperto, e, como descendente de liberais revolucionários, não iria condená-los. Não poderia julgar a autoria do massacre ainda conservado em segredo.

Só me restava a descrição da antiga vida do engenho, da sua montagem, de seu sobrado com móveis, objetos de uso e adorno, guarda-roupas, tudo encontrado em processo de inventário e referências ao casal proprietário, do qual a esposa era, em sua época, considerada a mulher mais gorda e mais bonita de Campinas. Dos ouvintes ouvi as senhoras em suas críticas que aplaudiram a beleza da proprietária, avisando que não me perdoariam se eu a fizesse feia, esquecendo elas que eu escrevia História.

Não poderia eu admitir que a autoria do massacre coubesse à tropa de Caxias. Mas por que o mistério? Por que o Dr. Ricardo Daunt não revelou? Por que Augusto Emílio Zaluar, em sua obra "Peregrinação Pela Província de São Paulo" (1860-1861), página 157, referindo-se ao massacre, disse: "As legendas desse dia funesto correm, no entanto, na boca do povo com toda a mágoa de uma tradição fratricida. Não serei eu quem levante a cortina que ainda envolve os mistérios dessa lamentável cena. Deixo a outros mais competentes historiar um fato que não deve, no entanto, ficar no esquecimento, pois terá dupla vantagem de servir de exemplo a uns e de remorso a outros"?

Não podia eu admitir que a culpa coubesse à tropa de Caxias. Mas onde a prova? Então, tomei a resolução de esclarecer o mistério, o que foi fácil.

A convicção religiosa católica era, então, absoluta, embora nem sempre bem cumprida. Mas os seus ministros, os padres

gozaram de uma especial consideração que chegava ao exagero de não serem criticados até em suas fraquezas porque, naquilo de sagrado que eles retinham, sempre exigia respeito. A tropa fratricida era a tropa mercenária do Pe. Ramalho, poderoso chefe político conservador que errou não comparecendo a Campinas onde seus mercenários cometeram outros excessos.

Mas uma prova robusta foi encontrar o relato de que após o combate, já com a escuridão da noite, o Ten.-Cel. José Vicente de Amorim Bezerra reuniu sua tropa a seus prisioneiros deixando Venda Grande, vindo passar a noite em Campinas.

O choque do extermínio de Venda Grande foi geral e desanimador para os liberais que se sentiram vencidos procurando homiziar-se em locais diversos, dominados pelo Barão de Caxias que penetrou em cidades de poder liberal sem sofrer qualquer empecilho.

Mas o Visconde de Indaiatuba não se esqueceu dos seus companheiros assassinados em Venda Grande: tempos passados, voltou ao Engenho da Lagoa, abriu a cova do sepultamento, recolheu seus ossos, levando-os para o cemitério de Campinas a fim de que permanecessem em cemitério bento, nos hábitos cristãos.

Em 1846, o Imperador D. Pedro II visitava a província; a Campinas chegou na noite de 26 de fevereiro, permanecendo até a manhã do dia 30. Quando chegou, já trazia assinado e publicado em São Paulo o decreto concedendo a ordem da Rosa a Antônio Manuel Teixeira, o primeiro campinense a receber distinção honorífica, de ex-chefe da revolução de 1842. Depois que partiu, distinguiu com a Ordem de Cristo o juiz Dr. Francisco de Assis Pupo e o Alferes Raimundo Alvares dos Santos Prado Leme; e com a Ordem da Rosa, agraciou Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, Joaquim Bonifácio do Amaral (mais tarde Visconde de Indaiatuba) e o Dr. Theodoro Langaard, todos liberais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Aluísio de. *A Revolução Liberal de 1842*.

AMARAL, Leopoldo. *A Venda Grande. Gazeta de Campinas*, 7 jun. 1927.

ANAIS DO MUSEU PAULISTA, "Documentos", p. 371-381.

FLORENCE, Amador Bueno Machado. *Gazeta de Campinas*,
7/13 jun./jul. 1882.

Gazeta de Campinas, 10 jun. 1882.

Gazeta de Campinas, 15 e 17 jul. 1877.

MAGRO, Omar Simões. Os apuros de um Chimango. *Diário
Popular*, 16 maio. 1932.

MORAIS, C. Vilhena de. Quem conta um conto. *A Razão*,
12 set. 1931.

REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES,
n. 64, p. 117-119.

*REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
SÃO PAULO*, v. 31, p. 278-307.